

A inclusão de educandos com deficiências física, auditiva e visual nas escolas municipais de Barreirinhas, Maranhão, Brasil

The inclusion of educates with physical, hearing and visual disabilities in the municipal schools of Barreirinhas, Maranhão, Brazil

La inclusión de educados con discapacidad física, auditiva y visual en las escuelas municipales de Barreirinhas, Maranhão, Brasil

Recebido: 30/04/2020 | Revisado: 01/05/2020 | Aceito: 04/05/2020 | Publicado: 10/05/2020

Bruno Nunes Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2228-7044>

Instituto Federal do Maranhão – Campus Barreirinhas, Brasil

E-mail: brunonunes.bhs@gmail.com

Breno Nunes Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0536-9037>

Instituto Federal do Maranhão – Campus Barreirinhas, Brasil

E-mail: brenonunescosta3@gmail.com

Deusamar Silva dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2222-3542>

Instituto Federal do Maranhão – Campus Rosário, Brasil

E-mail: deusa.fr@gmail.com

Daniele Ferreira Vale

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8012-0891>

Instituto Federal do Maranhão – Campus Barreirinhas, Brasil

E-mail: danieleval75@gmail.com

Resumo

O objetivo geral desta investigação é analisar a inclusão dos alunos com deficiências física, auditiva e visual no ensino regular das escolas municipais da cidade de Barreirinhas – Zona Urbana. Esta pesquisa teve caráter explorativo, com enfoque quantitativo e qualitativo. A metodologia usada nesta pesquisa foi: leitura de artigos, monografias e livros que tratassem sobre Educação Especial; questionamentos com a coordenadora da Educação Especial na

Secretaria Municipal de Educação (SEMED); pesquisa *in locus* nas escolas alvo da pesquisa e tabulação das informações oriundas deste estudo. Com a pesquisa constatou-se a ineficiência do Poder Público Municipal de Barreirinhas/MA em promover uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência física, auditiva e visual. Assim, entende-se que o município de Barreirinhas precisa desenvolver ações que visem incluir, com efetividade, os discentes com deficiência no sistema educacional, tais como: adaptações das escolas; compra de materiais para as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE); campanhas de combate à discriminação dos estudantes com necessidades educacionais específicas entre os professores da Rede Municipal de Ensino.

Palavras-chave: Barreirinhas; Inclusão; Necessidades Específicas.

Abstract

The general objective of this research is to analyze the inclusion of students with physical, auditory and visual deficiencies in the regular education of municipal schools in the city of Barreirinhas. This research had an exploratory character, with quantitative and qualitative approach. The methodology used in this research was: reading articles, monographs and books dealing with Special Education; interview with the coordinator of Special Education in the Municipal Education Department (SEMED); research in locus in the target schools of the research and tabulation of the information coming from this study. The research revealed the inefficiency of the Municipal Government of Barreirinhas / MA to promote a quality education for people with physical, hearing and visual disabilities. Thus, it is understood that the municipality of Barreirinhas needs to develop actions that aim to effectively include students with disabilities in the educational system, such as: school adaptations; purchase of materials for Specialized Educational Assistance (AEE); campaigns to combat the discrimination of students with specific educational needs among the teachers of the Municipal Education Network.

Keywords: Barreirinhas; Inclusion; Specific Needs.

Resumen

El objetivo general de esta investigación es analizar la inclusión de estudiantes con discapacidades físicas, auditivas y visuales en la educación regular en las escuelas municipales de la ciudad de Barreirinhas - Zona Urbana. Esta investigación tuvo un carácter exploratorio, con un enfoque cuantitativo y cualitativo. La metodología utilizada en esta investigación fue: leer artículos, monografías y libros sobre educación especial; preguntas con

el coordinador de Educación Especial de la Secretaría Municipal de Educación (SEMED); en la investigación de locus en las escuelas objetivo de la investigación y tabulación de información de este estudio. La encuesta encontró la ineficiencia del Poder Público Municipal de Barreirinhas / MA para promover una educación de calidad para personas con discapacidades físicas, auditivas y visuales. Por lo tanto, se entiende que el municipio de Barreirin necesita desarrollar acciones que tengan como objetivo incluir efectivamente a los estudiantes con discapacidades en el sistema educativo, tales como: adaptaciones escolares; compra de materiales para las salas del Servicio Educativo Especializado (AEE); campañas para combatir la discriminación contra estudiantes con necesidades educativas específicas entre los docentes de la Red Municipal de Educación.

Palabras clave: Barreirinhas; Inclusión; Necesidades específicas.

1. Introdução

O município de Barreirinhas é conhecido por seus atrativos turísticos, especialmente devido à concentração de lagoas naturais, que compõem os “Lençóis Maranhenses”.

A população de Barreirinhas, segundo levantamento do Censo 2010, é de 54.930 pessoas, e a população residente alfabetizada é de 34.599. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo em questão, indicam que cerca de 19.123 pessoas possuem algum tipo de deficiência no referido município.

De acordo com levantamentos do banco de dados do IBGE, o Município de Barreirinhas apresentava um quadro de 174 escolas, sendo 20 na Zona Urbana e 154 na Zona Rural, que ofertavam o Ensino Fundamental (EF) e um total de 13.498 alunos matriculados nessa modalidade de ensino, sendo 426 com algum tipo de necessidade educativa especial. O quantitativo de professores que atuavam na Educação Básica era de 833.

Em relação ao quantitativo de estudantes com algum tipo de deficiência que estavam matriculados no EF, considerando a Zona Urbana, o referido município apresentou o quadro de 16 escolas com alunos com algum tipo de deficiência.

Todavia, mesmo tendo essa quantidade de educandos com necessidades educacionais específicas, as observações preliminares indicaram que o Poder Público Municipal não está ofertando uma assistência efetiva para a Educação Especial, mesmo que esta seja uma determinação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (DCNEE).

Por isso, colocou-se a seguinte indagação: como está acontecendo a inclusão dos discentes com deficiências física, auditiva e visual nas escolas do Ensino Fundamental, da Zona Urbana, do município de Barreirinhas/MA?

Considerando o problema acima, levantaram-se as seguintes hipóteses:

I – Os professores que trabalham com alunos com deficiências física, auditiva e visual não são preparados para ensinar tais discentes;

II – O Poder Público Municipal não oportuniza os devidos recursos didático-pedagógicos, para a ministração de aula aos educandos em questão.

Por isso, o objetivo geral desta investigação foi analisar a inclusão dos alunos com as deficiências acima citadas no ensino regular das escolas municipais no município de Barreirinhas.

Esta pesquisa foi importante, visto que os resultados deste artigo auxiliarão a comunidade estudantil e aos militantes da causa das pessoas com deficiência a terem um diagnóstico sobre a situação dos discentes com necessidades educacionais específicas no município em questão, a fim de estudar melhor a problemática em foco.

2. Metodologia

A pesquisa realizada foi de caráter exploratório, em que se optou por metodologias de abordagens qualitativa e quantitativa, tanto na coleta e análise dos dados quanto em sua apresentação, por entender que seriam alguns dos possíveis meios para alcance dos objetivos formulados nesta pesquisa.

Para Gil (2008) e Pereira et al. (2018), a pesquisa quantitativa lida com aquilo que se pode quantificar, ou seja, é tudo aquilo que pode ser convertido em uma representação de porcentagem, seja gráfico ou tabela. No que concerne à pesquisa qualitativa, o autor afirma que o fenômeno estudado será investigado através de entrevistas, observações, narrativas ou documentos.

No que diz respeito aos objetivos, esta investigação é caracterizada como exploratória. Vale destacar que uma pesquisa exploratória não visa encontrar conclusões, mas sim estudar problemáticas que gerem investigações e inquietações para se investigar os problemas sociais do presente século XXI (Cervo, Bervian & Silva, 2010).

No que se refere aos métodos desta pesquisa, seguiu-se os seguintes passos: Primeiramente, fez-se pesquisa em artigos, monografias e livros que tratassem sobre a

problemática da inclusão da pessoa com deficiência nas escolas brasileiras, a fim de conhecer mais sobre a problemática em foco.

Em seguida, aplicou-se questionário com a Coordenadora da Educação Especial na Secretaria de Educação da cidade supramencionada, com o intuito de conhecer mais sobre a atuação do Poder Público na inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas na Rede Municipal de Barreirinhas.

O questionário entregue à Coordenadora da EE continha perguntas sobre quais materiais a Secretaria de Educação Municipal disponibilizava para o ensino dos estudantes com deficiência, que recursos o Poder Público oferecia para a Educação Especial, que tipos de estruturas arquitetônicas têm as escolas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, etc.

Também foram aplicados questionários em três escolas alvos, C.E.M.F. Governador Matos Carvalho, U.I. Francisco Pedro Monroe Conceição e U.I. Benedito Rebelo dos Reis, a fim de questionar os alunos com as necessidades estudadas, bem como os seus professores. Foram questionados três alunos, sendo dois no segundo Centro de Ensino e um no terceiro Colégio. No tocante à primeira escola, esta não possuía discentes com as deficiências pesquisadas.

Vale ressaltar que se encolheram, somente, as Instituições de Ensino (IE) acima citadas, visto que essas são as que tinham um número considerável de discentes com as deficiências foco deste estudo, assim como, houve receptividade das Direções destas, visto que as Gestoras entenderam a importância do estudo. Salienta-se, ainda, que a pesquisa foi autorizada pelas Gestões dos colégios supramencionados.

No que se refere ao questionário entregue aos educandos com deficiência física, auditiva e visual, este tinha perguntas em bloco único sobre o perfil do discente (idade, sexo, local de moradia, familiares com os quais residiam, profissões dos pais/responsáveis, tipo de deficiência que possui, entre outras).

No tocante aos questionários entregues aos professores dos estudantes com necessidades educacionais específicas, o questionário tinha perguntas fechadas sobre o perfil dos docentes (idade, sexo, formação acadêmica, etc.) e abertas, como por exemplo, cursos que os educadores já haviam feito na área de Educação Especial, dificuldades encontradas para o ensino dos alunos com deficiências, recursos didáticos usados com estudantes com necessidades específicas, entre outras indagações. Por fim, foram tabulados os dados desses questionários aplicados, usando o *software* Word, a fim de criar a redação deste trabalho.

3. Resultados

Os resultados apresentados aqui são oriundos das respostas obtidas nas aplicações de questionários com a Coordenadora da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação e com os discentes com deficiências física, auditiva e visual dos colégios municipais de Barreirinhas/MA.

Na aplicação de questionário à Coordenadora da Educação Especial foi informado que dentre as 20 (vinte) escolas da Zona Urbana da Rede Municipal de Ensino de Barreirinhas, somente 3 Instituições de Ensino dispõem de uma estrutura para atender os alunos com deficiências, visto que estas possuem salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, quais sejam: U.E. Roseana Sarney, U.I. Francisco Pedro Monroe Conceição e U. E. Angélica Reis. Entretanto, a servidora afirmou que nas Unidades de Ensino onde não se têm o AEE existem discentes com necessidades específicas, sejam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superlotação, porém, até o momento, esses só participam das aulas regulares, sem serem atendidos no atendimento educacional especializado.

Ainda, foi informado pela referida Coordenadora que a maioria dos docentes que ministram aulas para os discentes com necessidades educacionais específicas não possuem formação na área da Educação Especial, entretanto, ela não informou qual a porcentagem de professores nessa situação.

A respeito dos materiais utilizados no ensino dos educandos com deficiência física, auditiva e visual, a Coordenadora informou que não há recursos próprios para a compra de instrumentos apropriados, mas existem alguns recursos (sorobã, bengala, impressora de braille, entre outros materiais) do Ministério da Educação – MEC e do programa Mais Educação que servem de apoio para as aulas dos estudantes com sobreditas necessidades educacionais especiais.

A Coordenadora informou que algumas unidades de ensino não são adaptadas para receber pessoas com deficiências física, auditiva e visual, porquanto estas são construções antigas e, por isso, não têm estrutura arquitetônica para atender os 426 estudantes com as mais variadas necessidades específicas matriculados na Rede de Ensino Municipal.

Por fim, a Coordenadora relatou que já recebeu denúncias sobre preconceito contra os estudantes com deficiências no sistema educacional barreirinhense, conforme ela relatou: “certa vez recebi a denúncia de que uma professora não queria adequar sua metodologia de ensinar para poder atender a um aluno com deficiência. Outra vez, recebi a informação de que

uma professora da Zona Rural não estava dando aula para um discente com deficiência, só porque não havia uma professora auxiliar com ela na sala de aula. Por isso, tivemos que chamá-las para conversar e tudo foi resolvido”.

No que tange aos resultados dos questionários aplicados aos educandos com necessidades especiais, nesses obteve-se os seguintes dados: deficiências: auditiva (1), física (1) e visual (1), nas seguintes escolas: Francisco Pedro Monroe Conceição e Unidade Integrada Benedito Rebelo dos Reis. Na escola Governador Matos Carvalho não havia a matrícula de pessoas com deficiência física, auditiva e visual, na época do estudo.

Na IE Francisco Pedro Monroe Conceição as alunas relataram que possuem deficiência visual (cegueira) e deficiência auditiva (baixa audição). A primeira discente tem mais de 15 anos e estuda no 7º ano do Ensino Fundamental – EF. A segunda tem idade entre 9 e 11 anos e estuda no 3º ano do EF. O pai da aluna que tem cegueira exerce a profissão de gari, e a mãe é dona de casa. Já os pais da educanda com baixa audição têm por profissão auxiliar de firma e empregada doméstica.

Na unidade de ensino Benedito Rebelo dos Reis a estudante disse ter idade entre 12 a 15 anos e cursa o 7º ano do Ensino Fundamental. Os pais dela são uma cozinheira e um motorista. A aluna tem deficiência física em um dos pés.

No que se refere aos docentes participantes da pesquisa, conseguiram-se as seguintes informações: 1 possui somente graduação e 2 têm pós-graduação *Lato sensu*. Os professores afirmaram que já realizaram cursos específicos na área da Educação Especial, tais como: Braille, Orientação e Mobilidade e Educação Especial (curso de aperfeiçoamento), a fim de ter uma noção básica de como lecionar para os educandos com deficiências.

No que se refere aos materiais usados e disponíveis para processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais específicas, os educadores questionados disseram que na escola U.I. Francisco Pedro Monroe Conceição existem recursos audiovisuais, braile, reglete, sorobã e bengala, entretanto, somente, a professora do AEE faz uso destes. Porém na outra escola (U.I. Benedito Rebelo Reis) não havia disponibilidade de recursos/materiais para as aulas dos discentes com deficiência, mesmo que tais materiais sejam fundamentais para o ensino e a aprendizagem os alunos com deficiências.

Nas Instituições de Ensino visitadas, segundo os docentes, não existe a permanência efetiva de outros profissionais do Poder Público para o processo de ensino e aprendizagem dos discentes com necessidades educacionais especiais, tais como psicóloga, assistente social e psicopedagogo.

Outrossim, sobre as dificuldades existentes em torno do processo educacional desses alunos, os professores afirmaram que suas unidades de ensino não estão adaptadas para recebê-los, pois “nem os profissionais e nem as escolas estão prontas para atender os estudantes com deficiência física, auditiva e visual.”

Ainda, segundo os educadores, o modo de avaliação dos discentes com deficiência física, auditiva e visual, para a obtenção de notas nos componentes curriculares, são provas escritas/oral, assiduidade e participação.

Dentre as escolas alvos desta pesquisa, somente uma possui a sala de atendimento educacional especializado (AEE), que é a Unidade Integrada Francisco Pedro Monroe Conceição, entretanto, esta ainda tem algumas dificuldades para o atendimento aos alunos com essas necessidades, tais como: falta de materiais para o AEE, portas adaptadas para cadeirantes e climatização do ambiente.

De ressaltar que por mais que no Centro de Ensino Governador Matos Carvalho não houve alunos com deficiências pesquisadas, todavia, não significa que nessa escola não haviam alunos com outras necessidades específicas. Nessa IE, também não há sala de AEE.

Por fim, os docentes disseram que em suas escolas há uma estrutura de acessibilidade mediana, pois são ambientes que têm pouca estrutura adequada, como por exemplo, poucas algumas rampas, uma cadeira de rodas (somente na escola Benedito Rebelo Reis) e um banheiro adaptado (somente na escola Benedito Rebelo Reis), porém esse banheiro é usado como depósito de materiais, ou seja, esse espaço não fica livre para os alunos com deficiências realizarem suas necessidades fisiológicas.

4. Discussão

Tendo em vista as informações coletadas nesta pesquisa, percebe-se que o Município de Barreirinhas/MA deixa lacunas na questão da inclusão dos educandos com deficiência física, auditiva e visual nos Centros de Ensino pesquisados, visto que somente uma Instituição de Ensino das pesquisadas tem a sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, o que é um número insuficiente para atender os discentes com necessidades educacionais especiais.

Segundo Fávero (2011), o atendimento educacional especializado:

Deve ser oferecido, preferencialmente, no mesmo ambiente (sala de aula) frequentado pelos demais alunos (exemplo: intérprete de língua de sinais, computadores com

teclados adaptados ou sistema de voz), mas sem substituição do professor com um (...) não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da frequência escolar, mantêm intacto o direito do aluno ao seu lugar educacional, que é no ambiente comum (Fávero, 2011, p.24).

Atrelado a isso, nota-se uma desconsideração da Inclusão Escolar preconizada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2009, onde o Brasil é signatário, isto é, o Poder Público de Barreirinhas está prevaricando a lei supramencionada, posto que, até o momento desta pesquisa, não criou salas de atendimento educacional especializado suficiência para atender a parcela de educandos com necessidades específicas na jurisdição do sobredito Município, mesmo que isso possa ter punições sérias à Administração Pública (Brasil, 2009).

Tendo em vista a legislação citada no parágrafo anterior, nota-se que a situação relatava pela Coordenadora da Educação Especial sobre as professoras que não queriam ministrar aulas para os alunos com deficiência de maneira adequada foi um crime, visto que, de acordo com a lei em questão, a escola deve ser um local de inclusão e desenvolvimento da empatia por partes de seus servidores que a compõe, vez que isso é salutar para uma sociedade plural e tolerante com uma democracia fortalecida como a do Brasil.

Outro obstáculo encontrado para a inclusão dos educandos com necessidades educacionais específicas é a não admissão/contratação de profissionais formados na área de Educação Especial para atuarem no ensino destes, ou seja, os profissionais que ministram aulas não estão aptos para lecionarem para os estudantes com essas necessidades, o que malogra a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais (Oliveira, 2012).

Essa atitude do Poder Público em não empregar docentes especialistas na área da Educação Especial/Inclusiva, não é só realidade na cidade de Barreirinhas/MA, pois, segundo relatos de Cagliari (2016), as prefeituras de outros municípios do Brasil também não contratam educadores com formação acadêmica adequada para lecionarem com os estudantes com deficiências, ou seja, essa é, infelizmente, uma realidade das escolas públicas brasileiras.

Outro agravante é o fato do município ainda não ter adaptado todas as Unidades de Ensino, no que diz respeito à estrutura arquitetônica, pois a maioria das escolas não possui rampas, banheiros adaptados e piso tátil para facilitar a acessibilidade das pessoas com necessidades físicas, auditivas e visuais.

Todavia, essa situação não deveria mais acontecer, visto que o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 determina que as Instituições de Ensino do país devem ser construídas de maneira que os educandos com necessidades educacionais especiais consigam

se descolocar pelas escolas com facilidades, sem a necessidade da ajuda de terceiros (Brasil, 2004).

O Poder Público de Barreirinhas também deixa a desejar no que se refere à conscientização dos profissionais de ensino sobre o direito à educação das pessoas com deficiência, pois o que foi relatado pela Coordenadora da Educação Especial é muito grave, o que mostra que alguns professores municipais precisam de qualificação e capacitação para desenvolver a inclusão escolar nos Centros de Ensino da cidade supra referida (Brasil, 1996).

Ainda, o Governo Municipal deve destinar verbas para a Educação Especial, uma vez que é inadmissível que as escolas não tenham materiais suficientes para o Atendimento Educacional Especializado dos estudantes com necessidades específicas e nem estruturas arquitetônicas adaptadas para os discentes com deficiências físicas, auditivas e visuais (Brasil, 1990).

Ademais, a Secretaria de Educação Municipal de Barreirinhas (MA) deve oficializar a escola Benedito Rebelo Reis, com a finalidade desta não descaracterizar o uso do banheiro destinado aos usuários que necessitam de algum atendimento especial, visto que é direito das pessoas com deficiências terem locais reservados para realizarem suas necessidades fisiológicas (Brasil, 2000).

Agindo desta maneira, a Gestão Municipal da cidade em questão poderá oferecer o direito mínimo aos estudantes com necessidades especiais um ambiente inclusivo que é obrigatório ter nas escolas brasileiras.

5. Considerações Finais

A investigação realizada por meio desta pesquisa permite tirar algumas conclusões preliminares acerca da inclusão dos alunos com deficiência física, auditiva e visual nas escolas municipais estudadas, como por exemplo: falta de qualificação por parte dos profissionais que atuam nessa área; falta de infraestrutura adequada para o atendimento dos discentes adequados, como a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE); ausência de recursos materiais específicos para o atendimento desses alunos; utilização inadequada dos espaços que são de uso das pessoas que necessitam de algum atendimento específico, entre outras.

Optou-se por realizar uma análise sobre a inclusão dos educandos com deficiências física, auditiva e visual na três escolas em questão na Cidade de Barreirinhas/MA, visto que até o presente momento não há trabalhos acadêmicos publicados

nesta vertente estudada, o que favorecia o desconhecimento da precariedade das políticas educacionais inclusivas no município supramencionado.

Vale ressaltar, que a princípio, a pesquisa encontrou alguns óbices para sua realização, tais como a disponibilidade das escolas em receber os pesquisadores e o tempo necessário para fazer um estudo mais abrangente na Zona Urbana da cidade em questão, porém, obtiveram-se resultados muito balizadores para subsídios aos estudiosos da Educação Especial no município acima citado.

Isto posto verifica-se que se faz necessário promover debates acerca dessa temática e também de serem feitas mais cobranças para que o Poder Público possa ter um olhar mais atento para estas questões e buscar alternativas de melhorias nesse âmbito e promover a inclusão de fato preconizada pelas Leis Educacionais e pela Constituição Federal de 1988.

Referências

Brasil, Casa Civil. (2009). *Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009..* Brasília.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 maio 2020.

Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990) Câmara dos Deputados, *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo do ano de 2010 da cidade de Barreirinhas (MA)*. Brasília. Disponível e:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/barreirinhas/panorama>. Acesso em: 05 maio 2020.

Brasil, Ministério da Educação. (1996). *Lei n° 9.394*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF.

Brasil, (2000). *Lei n° N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 05 maio 2020.

Brasil, (2004). *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 6 maio 2020.

Cagliari, V. (2016). *Professor de educação especial é essencial em escolas, afirma especialista*. Brasília. Disponível em: <https://www.domboscoead.com.br/pos-graduacao/noticias/professor-de-educacao-especial-e-essencial-em-escolas-afirma-especialista/532>. Acesso em: 5 maio 2020.

Cervo, AL, Bervian, PA & Silva, R. (2010). *Metodologia Científica*. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Fávero, EAG. (2011). Alunos com deficiência e direito à educação :trata-se de uma educação especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér.. *O desafio das diferenças nas escolas*. 4.ed.– Petrópolis, RJ:Vozes.

Pereira, AS et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Acesso em: 6 maio 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Oliveira, ES et al. (2012). *Inclusão Social: Professores Preparados ou não?*. Polêm! Ca, 11(2): 314-323.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Bruno Nunes Costa – 25%
Breno Nunes Costa – 25%
Deusamar Silva dos Santos – 25%
Daniele Ferreira Vale – 25%